

José Vitor Lemes Gomes
Organizador

Estudos sobre comportamento político na Microrregião de Divinópolis



José Vitor Lemes Gomes
Organizador

**Estudos sobre comportamento
político na Microrregião de
Divinópolis**



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB

UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E82

Estudos sobre comportamento político na Microrregião de Divinópolis / José Vitor Lemes Gomes (Organizador). – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023.
87p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-08-2

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756082>

1. Divinópolis-MG. 2. Política educacional. I. Gomes, José Vitor Lemes (Organizador). II. Título.

CDD 918.151

Índice para catálogo sistemático

I. Divinópolis-MG



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

No dia 19 de maio de 1943, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, em um discurso solene para o Congresso Americano, em Washington, nos Estados Unidos da América, o então primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, afirmou que “A democracia é a pior forma de governo...”¹. A frase nos soa estranha, quando colocada, assim, fora do contexto, pois muitos de nós acreditam que a democracia é o melhor sistema de governo para as sociedades atuais, em contextos diversos de cultura. Churchill, um político ranzinza e astuto, com ironia britânica refinada e muita sabedoria, quis nos dizer que a democracia “é a pior forma de governo, exceto por todas as outras formas que já foram tentadas na história”.

Tirania, monarquia, democracia, república, principado, despotismo, etc., as formas de governar são muitas e todas elas são complexas. Para garantir a governança, algumas formas são extremamente ditatoriais e outras são plenamente democráticas. Há ainda aquelas que ficam no meio do caminho. Ou seja, há níveis diferentes de democracia, uma vez que há sociedades díspares na forma de implementá-la. Contudo, constatamos, se olharmos para os países ocidentais modernos e hegemônicos, politicamente falando, que o regime democrático vige, satisfatoriamente, em todos eles. Há um grupo de países, dentre eles o Brasil, em que o regime democrático sempre experimentou altos e baixos.

Pode-se dizer que de 1985 para cá, não entrando nas questões históricas da nossa formação sociopolítica, estamos solidificando uma forma de governo democrático que tem passado neste curto espaço de tempo por provações diárias. Tivemos nestes poucos anos de democracia plena dois impeachments, escândalos de toda ordem no Congresso Nacional, reformas políticas, tentativa de golpe, crises econômicas, embates entre os três poderes da República e muitas outras questões que sempre colocaram contra a parede o sistema democrático. Apesar de ter sofrido toda sorte de ataque, nossa democracia sobrevive, posto que ela já é adulta o suficiente para combater aqueles que a querem destruí-la ou modificá-la a fórceps.

No sistema democrático pleno, os(as) cidadãos(ãs) fazem valer a sua vontade, governando de maneira indireta, ou seja, de forma representativa. A participação dos(as) cidadãos(ãs) se dá de forma direta, através de eleições livres e regulares de tempos em tempos. Portanto, a eleição cumpre uma função de selecionar os representantes dos(as) eleitores, que ao fazerem suas escolhas estão outorgando poder a um político ou ao seu partido para dirigir o país. Configura-se, assim, uma relação muito próxima entre o(a) eleitor(a) e seu(sua) representante eleito(a).

Para entender um pouco desta relação, extremamente, intrincada entre eleitor(a) e político, justifica-se a leitura dos três textos acadêmicos produzidos no ambiente acadêmico, cujo ponto em comum entre eles são as eleições de 2022 no Brasil. Este tipo de conhecimento precisa circular extramuros acadêmicos, pois ele poderá despertar e seduzir o(a) leitor(a) a buscar novos conhecimentos

¹ Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTY1Mjcy/>. Acesso em: 22 set. 2023.

para melhor compreender seu papel na democracia. Os(As) autores(as)-pesquisadores(as) dos textos trazem à tona um referencial teórico consistente para embasar suas discussões e análises. Ressaltamos que os temas tratados são relevantes, pois eles nos permitem entender um pouco sobre: 1) como se deu a relação entre o marketing e o comportamento político dos(as) estudantes da UEMG/Cláudio na eleição de 2022; 2) as emendas orçamentárias e a reeleição de deputados federais na microrregião de Divinópolis (MG) em 2022; e 3) como é o comportamento eleitoral entre as beneficiárias do Auxílio Brasil, no mesmo ano. Os temas nos são caros e bem atuais.

A leitura dos textos nos permite compreender a complexidade que há na intrincada relação entre eleitor(a) e político(a), entre eleitor(a) e marketing político, entre eleitor(a) e beneficiárias de auxílios sociais. Há nuances que só vêm, à tona, quando pesquisadores(as) se debruçam sobre os dados coletados em suas pesquisas, que objetivam, via de regra, compreender um pouco do eleitorado quando este é submetido a propagandas sutis e bem elaboradas para cativá-lo, persuadi-lo, enfim, para levá-lo a votar em x ou y candidato ou ainda investigar como os(as) eleitores(as) agem quando são beneficiados, indiretamente, pelo dinheiro público. Algumas questões de natureza socioeconômica e de desempenho parlamentar mostram que há uma relação intrínseca entre democracia e economia, assunto que pode ser explorado em pesquisas futuras.

Questões singulares, relacionadas ao comportamento humano, emergem quando tratamos de interesses pessoais, quando determinado grupo de cidadãos(ãs) é agraciado por um ou outro auxílio, passamos a uma análise mais favorável dos políticos que estão à frente da distribuição de benesses. Portanto, as conclusões apresentadas nos textos levam-nos a pensar na intrincada teia de interesses que movem os(as) eleitores(as) e seus(suas) representados(as) na democracia, uma vez que o(as) eleitor(a) tem direito de escolha. Não se pode perder de vista que somos uma sociedade marcada por uma pluralidade cultural, social e econômica que, via de regra, leva a comportamentos variados diante dos acontecimentos sociais e macroeconômicos nacionais. Portanto, podemos dizer que na democracia o conflito de interesses, tanto dos(as) eleitores(as) quanto dos políticos, faz-se presente e necessário.

Retomando Churchill, a democracia é imperfeita, mas em sua imperfeição, ela permite aos(às) cidadãos(ãs) se sentirem pertencentes ou pelo menos colaboradores(as) indiretos(as), apesar de todas as imperfeições do sistema eleitoral brasileiro. Estamos nos tornando uma democracia plena com o amadurecimento das nossas instituições de controle de conflitos. Para gerenciá-los temos uma Constituição Federal, mesmo que ela tenha sido emendada inúmeras vezes nos últimos anos. Em seu preâmbulo, a saber: Art. 1º - “Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, vemos que o povo é alma do sistema democrático.

Os textos revelam que a universidade, enquanto produtora de um saber em construção, deve compartilhar o saber, uma vez que ele revela aspectos importantes de situações que estão muito próximas de nós. Eleições são calorosas, convidativas e sempre produzem discussões inflamadas em todas as

camadas da sociedade brasileira. Do barzinho da esquina ao ambiente universitário, os(as) eleitores(as) manifestam-se sobre seus interesses, portanto sobre seus políticos/partidos de preferência.

Por fim, ao conhecer um pouco o que pensa nossos(as) discentes-eleitores(as) e os(as) eleitores(as) que estão no entorno da universidade, à luz de teóricos, os(as) pesquisadores(as) estão cumprindo seu papel social que é interagir com a comunidade circundante a fim de conhecê-la melhor. A democracia só é viva quando os(as) cidadãos(ãs) participam da sua construção. Nossa democracia não pretende ser perfeita. Sabe-se que ela não é um regime sem defeitos ou problemas, mas de todas as formas de poder conhecidas, ela tem se mostrado vigorosa, uma vez que ela permite aos(às) cidadãos(ãs) sentirem-se parte importante dela.

Maurício José de Faria
Prof. da UEMG/Cláudio, out. 2023.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo I	8
Marketing e comportamento político entre os(as) estudantes nas eleições de 2022	8
Capítulo II	43
Emendas orçamentárias e a reeleição de deputados federais: um estudo na microrregião de Divinópolis	43
Capítulo III	66
O comportamento eleitoral entre beneficiárias do auxílio brasil	66
Índice Remissivo	86
Sobre o organizador	87

O comportamento eleitoral entre beneficiárias do auxílio brasil

José Vitor Lemes Gome¹⁹

Natália de Freitas Ferreira Adami²⁰

Daniel Vieira da Paixão²¹

INTRODUÇÃO

O Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda voltado para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Trata-se de uma política de assistência social gerida pelo Ministério da Cidadania. A desigualdade social é uma característica marcante da sociedade brasileira, pois uma considerável parcela da população encontra-se em situações socioeconômicas precárias que caracterizam a pobreza. Nesse contexto, a assistência social promovida pelo Estado é essencial para reduzir a miséria.

A consolidação da assistência social no Brasil, como uma política de Estado, intensifica-se a partir da redemocratização, sobretudo, a partir da Constituição de 1988. A democracia brasileira tem se mostrado prolífica na criação de programas sociais, entre os quais merecem destaque o Bolsa Escola, a Bolsa Família e, por fim, o Auxílio Brasil. Programas de renda mínima promovidos por governos democráticos são reconhecidos como conquistas entre seus(suas) beneficiados(as), portanto eles(as) tendem a calcular sua decisão de voto levando em conta o compromisso dos(as) candidatos(as) em manter tais programas.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa que tem como questão central responder ao seguinte questionamento: a elevação do valor do benefício Auxílio Brasil influencia os(as) beneficiados(as) a votarem no presidente que elevou o valor do benefício? Considera-se sim para a hipótese. A elevação do valor do benefício influencia, de alguma forma, os(as) beneficiados(as) a votarem no candidato a presidente que aumentou o valor do benefício.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar, entre alguns(mas) beneficiários(as) do Auxílio Brasil, se a elevação no valor do benefício motiva seu voto no candidato a presidente que o elevou. Os objetivos específicos são, a saber: 1) Descrever a percepção dos(as) beneficiários(as) sobre a importância do programa Auxílio Brasil em suas vidas; 2) Descrever a percepção dos(as) beneficiários(as) sobre o poder

¹⁹ Doutor em Ciências Sociais pela UFJF. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Cláudio)

²⁰ Bacharel em Serviço Social pela UEMG/Cláudio.

²¹ Bacharel em Serviço Social pela UEMG/Cláudio.

de compra do Auxílio Brasil frente a inflação do período; 3) Avaliar a satisfação com o programa e se essa satisfação motiva o voto no candidato a presidente.

Os benefícios da assistência social, desenvolvidos no contexto da democracia, são de considerável relevância socioeconômica em uma sociedade como a brasileira, o que justifica pesquisas voltadas para compreensão do impacto social, econômico e político deles. A presente pesquisa busca compreender a influência política da elevação do valor monetário do benefício Auxílio Brasil na decisão de voto dos(as) beneficiários(as). Essa pesquisa justifica-se devido à relevância socioeconômica do programa e à importância política da democracia como instrumento de defesa do interesse coletivo do público beneficiado.

Esse artigo está dividido em cinco seções. Após essa introdução – seção 1 –, apresentamos na seção 2 a revisão teórica, onde consta a descrição do programa Auxílio Brasil como política social da assistência social, suas normas e legislações; a descrição da Teoria da Escolha Racional como fonte explicativa do comportamento eleitoral dos beneficiários; na seção 3, a metodologia que pautou a execução da pesquisa, isto é, uma pesquisa de finalidade descritiva e de abordagem qualitativa; na seção 4, os resultados da pesquisa; e na seção 5, as considerações finais.

REVISÃO TEÓRICA

De acordo com Silva (2022), o ano de 1995 é o marco inicial do surgimento de programas de transferência monetária como política de proteção social no Brasil. Além da iniciativa de algumas prefeituras como as de Santos (SP) e Campinas (SP), o governo federal implantou o Bolsa Escola. Tais políticas são intensificadas em 2003 com a criação do Bolsa Família. O programa passou a atender milhões de famílias em todos os municípios do Brasil, no ano de 2006. Tais programas denominados de renda básica objetivaram a redução da desigualdade e a justiça social (Silva, 2022).

Na história recente do Brasil ocorreu um novo programa, o Auxílio Emergencial. Frente ao avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil, o governo federal cria o Auxílio Emergencial, programa implantado a partir da promulgação da Lei 13.982²², de 2 de abril de 2020 (Bacchiogga; Freitas; Vasconcellos, 2022). O programa teve abrangência nacional e seu intuito foi atenuar o impacto econômico da pandemia sobre o(as) mais vulneráveis, ou seja, sobre aqueles(as) acometidos(as) pelo desemprego, pelo trabalho informal precarizado, pela pobreza e pela fome.

É um programa de transferência monetária massivo, sem condicionalidades, mas altamente focalizado. Disponibilizou um benefício mensal no valor de R\$ 600,00, no período de abril a agosto de 2020, para até duas pessoas da mesma família, sendo que para as famílias chefiadas por mulheres o valor mensal foi de R\$ 1.200,00. De setembro a dezembro de 2020, o valor do

²²Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13982.htm#:~:text=Reconhecido%20o%20direito%20da%20pessoa,efetuados%20na%20forma%20do%20caput%20.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 24 jan. 2023.

benefício foi reduzido para R\$ 300,00, mantendo pagamento duplicado para mulheres responsáveis por famílias monoparentais (Silva, 2022, p. 59).

O Auxílio Emergencial foi suspenso de janeiro a março de 2021. Sob forte pressão de setores organizados da sociedade e do parlamento, o governo reativou o benefício em abril daquele ano, através da Medida Provisória 1.039²³, de 18 de março de 2021. O valor do benefício foi reduzido pela metade. De acordo com o Portal da Transparência, o governo federal aplicou R\$293.3 bilhões no programa em 2020. Em 2021, a aplicação caiu para R\$605.1 milhões. A redução da aplicação esteve associada à redução do número de beneficiários. Em 2020, foram beneficiados(as) mais de 68,2 milhões de cidadãos(ã). Já em 2021, o número caiu para 39,3 milhões, ou seja, houve redução de 42,37% (Silva, 2022, p. 60-61).

Auxílio Brasil

Na sequência do Auxílio Emergencial, o presidente Bolsonaro substituiu o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. A substituição se deu a partir de novembro de 2021. Com vistas ao ano eleitoral que se aproximava, o presidente mostrou-se sensível a pressão da sociedade em relação à fome, ao desemprego e ao trabalho informal sem proteção. O Auxílio Brasil integra, em apenas um programa, várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O Auxílio Brasil instituído inicialmente pela Medida Provisória 1.061²⁴, de 9 de agosto de 2021 (Brasil, 2021). O Decreto 10.852²⁵, de 8 de novembro de 2021 (Brasil, 2021), regulamentou o novo programa. No dia 29 de dezembro do mesmo ano é aprovada a Lei 14.284²⁶ (Brasil, 2021) que institui os programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, ambos substituindo os programas Bolsa Família e Aquisição de Alimentos, respectivamente (Silva, 2022, p. 62).

O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação das famílias para que elas alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. O Auxílio Brasil é coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento.

²³Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1039.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.039%2C%20DE%2018%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202021&text=Institui%20o%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021,coronav%C3%ADrus%20\(covid%2D19\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1039.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.039%2C%20DE%2018%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202021&text=Institui%20o%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19).). Acesso em: 24 jan. 2023.

²⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.061%2C%20DE%2009%20DE%20AGOSTO%20DE%202021&text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20Ancias. Acesso em 23/01/2023

²⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.852%2C%20DE%2008,9%20de%20agosto%20de%202021. Acesso em 25/01/2023

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm Acesso em: 25 jan. 2023.

O programa é dividido em nove tipos de benefícios e atende famílias em situação de pobreza – com renda *per capita* entre R\$ 105,00 e R\$ 210,00 – e em extrema pobreza – com renda per capita de até R\$ 105,00. Os benefícios são divididos entre o chamado núcleo básico – Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar e Benefício de Superação da Extrema Pobreza – e os auxílios complementares. São objetivos do Auxílio Brasil, a saber:

...promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação de políticas voltadas aos beneficiários; promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza; promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos às habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas, de acordo com o disposto na Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016; ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches; estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Brasil, 2021b *apud* Silva, 2022, p. 62).

Os benefícios podem ser pagos por meio das contas Poupança Social Digital, Conta Corrente de Depósito à vista e Conta Especial de Depósito à vista. Os benefícios iniciais do Auxílio Brasil estão resumidos no Quadro 1.

Quadro 1. Benefícios iniciais do Auxílio Brasil. Fonte: Elaboração própria. Informações extraídas de Silva (2022, 63-64).

Benefício	Público-alvo
Benefício Primeira Infância	Famílias com crianças entre zero e 36 meses incompletos. Pago por pessoa que se encontre nessa situação.
Benefício Composição Familiar	Famílias que possuam em sua composição gestantes ou pessoas com idade entre três e 21 anos incompletos, pago por pessoa que se encontre nessas situações.
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	Valor mínimo calculado por pessoa com renda familiar per capita, calculada após acréscimo dos benefícios anteriores, for igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza.
Benefício de Iniciação Científica Júnior	Estudantes de famílias beneficiárias que tenham se destacado em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional. 12 parcelas mensais de R\$100,00.
Auxílio Esporte Escolar	Estudantes de 12 a 17 anos incompletos de famílias beneficiárias, que se destaquem nos Jogos Escolares Brasileiros. 12 parcelas de R\$100,00.
Inclusão Produtiva Rural	Famílias que possuam agricultores familiares. Parcelas mensais de R\$200,00.
Inclusão Produtiva Urbana	Beneficiários que comprovem vínculo de emprego com carteira assinada. Um auxílio por família no valor mensal de R\$200,00.
Benefício Compensatório de Transição	Para famílias que tiveram perdas financeiras na transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil. Um benefício por família pago exclusivamente no mês de novembro de 2021.

No dia 18 de julho de 2022, a Portaria 797 (Brasil, 2022), publicada pelo ministério da Cidadania, institui o valor do benefício extraordinário no valor de R\$600,00, a vigorar até dezembro do corrente ano. O reajuste do benefício na véspera do período eleitoral seria uma coincidência? O governo estaria buscando influenciar o cálculo racional dos eleitores a seu favor, ou seja, conquistar eleitores(as) gratos(as) pelo reajuste do auxílio? Independentemente da intenção do governo, a medida tem potencial para influenciar o cálculo interessado dos(as) eleitores(as) beneficiários(a). Cabe, portanto, avaliar a racionalidade deles(as).

Teoria da Escolha Racional

O comportamento político pode encontrar causas nas necessidades e interesses dos atores. Nesse caso, os(as) cidadãos(ãs) são compreendidos como atores que maximizam os meios mais eficazes para a satisfação de suas necessidades e interesses, assim como o *homo economicus*. A Teoria da Escolha Racional tem como pressuposto a premissa da racionalidade teleológica, segundo a qual os agentes racionais são aqueles capazes de maximizar os meios mais eficazes para a obtenção de fins fixados previamente em função de seus desejos. A teoria foi inicialmente utilizada pela ciência econômica como instrumento de explicação da conduta de atores no mercado.

No paradigma econômico, a premissa da racionalidade teleológica foi pensada nos termos da filosofia utilitarista segundo a qual os(as) homens(mulheres), independentemente do contexto social, procuram minimizar a dor e maximizar o prazer. Nesses termos os(as) economistas compreendiam os agentes do mercado como indivíduos interessados em reduzir custos e ampliar benefícios em seu próprio favor. Para isso, a racionalidade teleológica sempre seria o guia da ação racional.

A abordagem de origem econômica não poderia menosprezar o papel dos recursos materiais como incentivos ou constrangimentos para a ação, afinal o mercado é a esfera na qual os agentes se guiam pela maximização de lucros e redução de custos, ambos quantificáveis em termos materiais ou monetários. Nesse sentido, a Teoria da Escolha Racional reconhece que os recursos materiais têm papel determinante na definição do comportamento individual.

...os agentes sociais estariam interessados na maximização de riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos de variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles (Ferejohn; Pasquino, 2001, p. 5).

A utilização da Teoria da Escolha Racional na Sociologia e na Ciência Política enfrenta o dilema da improbabilidade da racionalidade perfeita, isto é, seria ingênuo supor que todos os atores sociais tenham conhecimento suficiente para reconhecer todos meios eficazes para obtenção dos fins desejados. A otimização perfeita meios/fins já era improvável na realidade do mercado e se torna ainda mais improvável nas relações sociais típicas da política e da esfera pública, afinal essas dimensões são

permeadas por crenças e valores que muitas vezes inviabilizam a utilização de determinados meios, mesmo quando esses possam ser eficazes para obtenção de um fim.

Weber (2004, p. 16) já reconhecia a improbabilidade da efetivação plena da racionalidade teleológica, pois considerava a ação racional referente aos fins um mero tipo ideal a partir do qual poderia medir o grau de racionalidade dos agentes analisados por sua sociologia compreensiva. Muitos autores da Teoria da Escolha Racional concebem a racionalidade teleológica nos mesmos termos que Weber.

...ninguém realmente acha que os seres humanos reais se comportam exatamente como as teorias da escolha racional prescrevem. (...) As evidências experimentais existentes em grande abundância sugerem que as pessoas se desviam sistematicamente das predições da Teoria da Escolha Racional. Ainda assim, mesmo não agindo racionalmente, as pessoas tendem a reconhecer a força normativa da racionalidade, e isso influencia as suas ações (Ferejohn; Pasquino, 2001, p. 5).

Se os meios escolhidos para a obtenção de um fim podem ser justificados racionalmente, nem sempre se pode dizer o mesmo sobre a escolha dos fins, pois esses advêm de desejos e paixões que nem sempre são justificáveis racionalmente, pois “um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente dadas suas crenças e seus desejos” (Ferejohn; Pasquino, 2001, p. 7).

De acordo com a Teoria da Escolha Racional, o comportamento racional é, prioritariamente, de caráter individual e egoístico, ou seja, o agente maximiza os melhores meios para obter fins relativos aos seus interesses pessoais, tal como os agentes econômicos no contexto do mercado. Nesse caso, o ator racional não age com vistas ao interesse público, assim como sua ação não é, necessariamente, definida pela influência da opinião pública, exceto quando essa possa exercer alguma coerção sobre seu comportamento.

Downs (1999) aplica princípios microeconômicos no comportamento político e concebe a competição política nos termos da competição econômica entre grandes empresas, pois, tal como essas maximizam o lucro, partidos e políticos maximizam votos que os proporcionem o sucesso eleitoral e a consolidação do poder político. Os(As) eleitores(as) não estão isentos dessa lógica, pois, para o autor, ao escolherem um candidato, os(as) eleitores(as) o fazem por acreditarem que é a melhor alternativa para maximização de seus interesses pessoais. A ação política é o movimento de políticos e eleitores(as) em busca da satisfação de seus próprios interesses, que são buscados através de uma equação de custo-benefício que caracteriza suas ações como racionais. Nesse quadro, o(as) candidato(a) que apresentar a melhor utilidade para maioria dos(as) eleitores(as) receberá mais votos. Esse pragmatismo, típico da racionalidade econômica, leva políticos e partidos a sobreporem o sucesso eleitoral sobre as ideologias, apesar de reconhecer os(as) eleitores(as) como atores racionais.

Ao maximizar os interesses pessoais, os(as) cidadãos(ãs) se dispõem a votar em um político mesmo reconhecendo que o(a) candidato(a) em questão tenha sido corrupto(a) ao longo de sua carreira. Isso se deve ao cálculo, segundo o qual, é mais vantajoso para o(a) cidadão(ã) ser conivente com o político

que realiza ações reconhecidas como favoráveis ao seu interesse pessoal, independentemente da conduta de tal político no exercício do cargo público. O benefício maximizado pelo(a) cidadão(ã) pode ser uma vantagem exclusivamente pessoal, uma obra pública que o favoreça ou um programa de assistência social como o Auxílio Brasil.

Os fatores econômicos podem influenciar os(as) eleitores(as) a adotar um comportamento estratégico frente à política através do qual maximizam seus interesses pessoais na decisão do voto. Consideramos o pressuposto de Weber (2004) de que os fenômenos sociais devem ser explicados através de seus comportamentos individuais. Esses comportamentos devem ser considerados racionais e só no caso de insucesso desse tipo de explicação serão considerados fatores irracionais para descrever o comportamento dos atores sociais.

Nesta pesquisa cabe avaliar a racionalidade – o cálculo – das eleitoras beneficiárias do Auxílio Brasil para decisão do voto. A hipótese proposta supõe que as beneficiárias tendem a votar em Bolsonaro, presidente que proporcionou o reajuste do valor do benefício. No entanto, o cálculo das beneficiárias pode levar outros fatores em conta, além do reajuste. Outra motivação racional que pode afetar a valorização do reajuste do auxílio é a inflação do período, que possivelmente corroeu, em alguma medida, o poder de compra dos(as) beneficiários(as). Desse modo, o reajuste no valor do benefício não garante a elevação do poder de compra dos(as) beneficiários(as) na proporção do valor monetário, em si, do reajuste.

Para realizar a presente revisão teórica, adota-se como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2014, p. 50). A pesquisa será realizada por meio da leitura de artigos, dissertações, teses e livros a respeito do programa Auxílio Brasil. O levantamento será realizado por meio do portal de periódicos da Capes e da Scielo, além de busca por dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

“A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes” (Gil, 2014, p. 51). A pesquisa documental avalia leis, decretos e demais documentos oficiais. No caso dessa pesquisa, tratam-se de documentos que viabilizam a implementação e a regulamentação dos Programas de assistência social, como o Bolsa Família. O reconhecimento de documentos relevantes se dá pela leitura da bibliografia que indica as leis e os decretos fundamentais para implementação e regulamentação do programa. Após o levantamento dos principais documentos, a meta é fazer avaliação qualitativa deles identificando sua relevância para o programa.

METODOLOGIA

Essa pesquisa possui finalidade descritiva. De acordo com Gil (2014, p.28), o método descritivo tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno

ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Neste caso, a pesquisa visa descrever a implantação e consolidação do programa Auxílio Brasil e o impacto socioeconômico nas famílias de extrema pobreza.

A pesquisa proposta adota a abordagem quanti-qualitativa. De acordo com Richardson (2014, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas mobilidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. A dimensão quantitativa dessa pesquisa se aplica ao levantamento dos índices de inflação – IPCA e INPC – no ano de 2022.

A pesquisa ainda conta com uma abordagem qualitativa, ou seja, aborda as qualidades do programa social Auxílio Brasil e seu impacto na população beneficiada. De acordo com Richardson (2014, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza do fenômeno social”. Neste estudo, a abordagem qualitativa foi realizada através de entrevistas individuais com beneficiárias do Auxílio Brasil, no intuito de compreender a percepção delas sobre o benefício.

RESULTADOS

Inflação em 2022

Para avaliar a inflação, adota-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil. O IPCA para o ano de 2022 foi de 5,79, valor resultante das alterações ao longo dos 12 meses do ano.

Tabela 1. IPCA em 2022. Fonte: IBGE²⁷.

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
0,54	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	-0,68	-0,36	-0,29	0,59	0,41	0,62

Ao considerar-se o IPCA apenas para a variação do preço de alimentação e bebidas, percebe-se que a inflação anual foi mais alta, atingindo 10,61 ao ano. É importante notar que o consumo das famílias beneficiadas, ou seja, aquelas em situação de pobreza, é voltado prioritariamente para o consumo de alimentos. Por isso é tão importante reconhecer o quanto foram impactadas pela inflação sobre produtos alimentícios.

Tabela 2. IPCA, Alimentos e Bebidas, 2022. Fonte: IBGE²⁸.

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1,11	1,28	2,42	2,06	0,48	0,80	1,30	-0,24	-0,51	0,72	0,53	0,66

²⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.

²⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.

O IBGE ainda elabora outro indicador de inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O índice enfatiza o impacto da variação de preços para as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos de renda, ou seja, aquelas que sofrem mais com a variação de preços, pois tendem a gastar todo o seu dinheiro em itens básicos, como alimentação, medicamentos, transporte etc. Em 2002, o INPC acumulado foi de 5,8%.

Tabela 3. INPC em 2022. Fonte: IBGE²⁹.

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
0,67	1,0	1,71	1,04	0,45	0,62	-0,60	-0,31	-0,32	0,47	0,38	0,69

É importante observar que a elevação da inflação já vinha de anos anteriores, ou seja, o poder de compra já vinha sofrendo redução. Considerando o período de 2019 a 2022, mandato do presidente Bolsonaro, observa-se que a inflação foi significativa, principalmente para os mais pobres. Nesse período, o IPCA foi sempre maior que 4,30%.

Tabela 4. IPCA (2019-2022). Fonte: IBGE³⁰.

2019	2020	2021	2022
4,31	4,52	10,06	5,79

A apresentação dos índices de inflação para o ano de 2022 visam trazer a perspectiva do poder de compra dos(as) beneficiários(as) do programa de transferência de renda do governo federal. Sabemos que na véspera do período eleitoral, o presidente Bolsonaro elevou o valor da transferência de renda, inclusive modificando o nome do programa.

Considerando os(as) beneficiários(as) como eleitores(as) racionais, de acordo com a Teoria da Escolha Racional, é inegável o potencial impacto eleitoral que o reajuste do benefício possui. Apesar disso, deve-se ter em conta que o reajuste foi simultâneo a elevação da inflação, ou seja, ainda que o valor bruto do benefício seja maior o poder de compra não cresceu na mesma proporção. Daí a dúvida sobre o real impacto eleitoral que o reajuste possa ter exercido no cálculo racional dos(as) beneficiados(as).

Esse trabalho não se propõe a fazer uma análise sobre estatísticas econômicas em si, mas trata-se de buscar descrever as percepções de alguns(mas) beneficiários(as) sobre o fenômeno em questão. Para cumprir o objetivo, apresentam-se a seguir trechos de entrevistas individuais com beneficiárias do Auxílio Brasil no município de Cláudio (MG).

²⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.

³⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Entrevistas individuais com uma amostra de beneficiárias

As entrevistas individuais foram realizadas pelo critério de acessibilidade. A gestão municipal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal do município de Cláudio (MG) colaborou com a pesquisa ao fornecer uma lista de nove beneficiárias, após o consentimento delas. Com os nomes e endereços das nove beneficiárias, os autores da pesquisa fizeram visitas domiciliares para a realização das entrevistas. Pautados nos princípios éticos, os(as) pesquisadores(as) entregaram às respondentes um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual eram explicadas todas as condições da pesquisa, inclusive sobre o sigilo das suas identidades. No intuito de garantir o sigilo da identidade das respondentes, esclarecemos que os nomes apresentados no Quadro 1 são pseudônimos.

Quadro 2. Perfil da amostra. Fonte: Elaboração própria, 2022.

AUGUSTA 44 anos, branca, católica. Tem 1 filho. Votou em Lula	CAROLINE 37 anos, parda, evangélica. Tem 3 filhos menores que moram com ela. Não foi votar. Afirmou que votaria em Lula.	MARISA 38 anos, branca, evangélica. 3 filhos, 2 menores, todos moram com ela. Votou em Bolsonaro.
ISABELA 22 anos, preta, católica. 1 filha de 13 anos que reside com ela. Votou em Lula.	ANA 36 anos, branca, evangélica. Tem 6 filhos, 3 menores moram com ela. Não foi votar. Afirmou que votaria em Lula.	VANESSA 52 anos, branca, católica. 1 filho de 14 anos e 1 filha de 16 anos, ambos residem com ela. Votou em Bolsonaro.
TALITA 21 anos, parda, católica. 2 filhos menores que residem com ela. Votou em Lula	VALÉRIA 35 anos, preta, católica. 3 filhas menores que residem com ela. Não votou, sem preferência.	LUANA 29 anos, branca, católica. 3 filhos de 3, 8 e 11 anos. Votou em Bolsonaro.

As entrevistas foram pautadas em um roteiro de perguntas, entre as quais um questionamento sobre a importância do Auxílio Brasil para a família da beneficiária. Todas as beneficiárias entrevistadas reconheceram a importância do benefício nas vidas de suas famílias, tal como fica evidente nos trechos apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. A importância do Auxílio Brasil para sua família. Fonte: Elaboração própria, 2023

Categoria temática	Respondente
Tudo né, porque me ajuda com tudo. Nosso Deus! Amanhã mesmo vou receber, vou pagar meus talão de água, de luz.	Augusta
Pra mim está sendo uma importância tão boa, sabe por quê? Porque está me ajudando pagar a consulta dela do oculista da minha menina. O óculos que é caro, não é barato.	Isabela

Categoria temática	Respondente
A renda ajuda no meu aluguel. O meu aluguel é 500 reais por mês, fora as despesas que eu tenho dos meninos. Um deles eu não recebo pensão. Então tipo assim, me ajuda bastante sabe? Ai só o que eu recebo da loja não dá, porque eu vivo de bico. Eu ganho 25 reais o dia. Aí se eu não trabalhar, automaticamente eu não ganho. Então eu dependo dele.	Talita
Faz muita diferença. Porque assim, eu tenho curso, mas eu tinha até um salão que eu fechei porque eu dei escoliose lombar. Tentei fundição e não deu, porque eles falou que se eu ficasse, em dois anos eu tava na cadeira de rodas, porque eu tava sentindo dor do maxilar aos pés. Tomo seis remédios controlados. (...) Faz diferença, ajuda muito com os meus filhos. Meus meninos agora tá começando a fazer uns bico aqui, outro ali.	Caroline
Uai, tudo minha filha! Ajuda demais nossa Deus!	Ana
Nossa foi uma melhora muito boa.	Valéria
Ajuda muito né? É um complemento nas despesas da casa. É de grande ajuda.	Marisa
Ah muito boa, porque dá pra comprar muitas coisinhas. Ajuda muito. Meu marido uma vez ficou desempregado um tempão, ajudou nós muito.	Vanessa
O Auxílio Brasil, ele ajuda muito na questão de comprar comida, itens de higiene básica, ajuda muito a complementar a renda e manter a base, pra conseguir dar uma base, um sustento para os meus filhos.	Luana

Ao serem questionadas sobre como usavam o dinheiro, o que costumavam comprar, as respondentes indicaram vários itens, como alimentos, produtos para higiene, remédios e o pagamento de contas mensais como luz, água e aluguel.

Quadro 4. Produtos comprados com o dinheiro do Auxílio Brasil. Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria temática	Respondente
É compra mesmo: arroz, feijão.	Augusta
Fruta, verdura, Sustagem, carne, arroz, feijão, esses trem.	Isabela
Paga meu aluguel e a conta de água. E o restante eu tenho que trabalhar pra eu repor.	Talita
Só com o auxílio assim pra fazer uma compra, no mês? Não dá. A minha luz e a minha água, agora mesmo com o bolsa família, pra você ter uma ideia, eu tenho uma conta ali que eu te mostro, 159 a luz, a água cento e pouco e é isso, se sobra alguma coisa, compra uma verdura. Mas me ajuda!	Caroline
Uai eu compro gás, eu pago Cemig, eu pago água. Às vezes eu compro uma verdura, uma mistura, o que dá pra comprar eu compro.	Ana
Dá pra pagar o aluguel com o auxílio. Sobra 200. Aí põe as coisas pra dentro de casa.	Valéria

Categoria temática	Respondente
Pagar tudo não paga, né? Ainda mais casa que tem criança, adolescente. Mas ajuda com cinquenta por cento. Cinquenta, sessenta por cento ajuda sim, tipo assim, a gente paga uma água, uma luz. Uma internet, é um complemento pra minhas despesas.	Marisa
Compro roupa, pago a internet, alimento...	Vanessa
Eu costumo comprar mistura, arroz, feijão, macarrão, molho de tomate, hortifrútis e quando sobra assim, alguns itens de higiene, papel higiênico, fraldas. Suficiente não é, mas eu consigo ter uma base muito boa com o que o benefício dá.	Luana

Apesar de reconhecerem a importância do benefício e indicarem como o usam, as beneficiárias respondentes manifestaram considerável percepção da inflação. É um consenso entre as beneficiárias que os preços aumentaram muito no mercado nos últimos meses.

Quadro 5. Percepção da inflação: O preço dos produtos no mercado aumentou?. Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria temática	Respondente
Aumentou até demais. Muito.	Augusta
Tudo caro, nois que é pobre, não guenta comprar gente. O tal de Bolsonaro acabou com a nossa vida. Acabou com a vida do Brasil.	Isabela
Ah tipo assim, eu acho assim, né? Às vezes, pelo fato de muita gente que ganha muito pouco, às vezes não tá sendo suficiente pra comprar alimento né? Porque as vezes as pessoa têm conta, tem despesa, é roupa, é sapato, e fora os material, né?	Talita
Cara, quando cê ia com 300 reais, eu já morava aqui, eu pagava aluguel lá no Santa Maria, eu pagava 450 de aluguel, fora água e luz, eu recebia 342 de bolsa família e com os bico que eu fazia, sobrava, era fartura. Hoje você não tem nada.	Caroline
Demais, nossa Deus!	Ana
Aumentou bastante. Ah não ne? Agente que é de baixa renda complica.	Valéria
Aumentou bastante.	Marisa
Demais ué! Tudo aumentou, né?	Vanessa
Aumentou muito porque a quantidade até então das coisas que a gente comprava deu uma diminuída por ter aumentado tanto o valor.	Luana

A hipótese da pesquisa de que a elevação do benefício exerceu forte impacto na intenção de voto passa a perder lastro empírico quando as respondentes reconhecem a inflação, ou seja, apesar de o valor do Auxílio Brasil ter sido elevado, o que todas reconhecem como medida benéfica, o seu poder de compra não é tão satisfatório. Um avanço importante é saber se as beneficiárias responsabilizam o governo pela inflação. A maioria das respondentes não tem convicção sobre a responsabilidade do governo na inflação, muitas alegam falta de conhecimento sobre o tema. Mas em vários casos é perceptível uma insatisfação com o poder de compra que, direta ou indiretamente, é associada à política vigente.

Quadro 6. O governo é responsável pela inflação? Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria temática	Respondente
Ah, isso aí não vou saber te responder, viu? Não sei como que funciona isso não, mas com certeza, né? Sei não, mas acho que sim. Aumentou demais.	Augusta
É eu, porque nós paga imposto, faz de tudo aí, o que que eles tá fazendo com dinheiro nosso, gente? Podia baixar, né? Olha a gasolina, um dia aumenta, um dia abaixa, o governo é tudo safado, sem vergonha, vou dá na cara deles. É safado, sem vergonha.	Isabela
Ah, creio que sim, né? Querendo ou não é. Da mesma forma que eles liberam o dinheiro pra gente, o imposto sobe né?	Talita
Muito, não tem lógica. Eles tampam o sol com a peneira.	Caroline
Olha, é né? Aumentou depois da pandemia, né? Invés de ter abaixado, aumentou foi mais. Igual deram o auxílio de 1200 que era pra ajudar não foi? Ajudou. Eu mesma, me ajudou muito. Mas porém, o supermercado pra onde que foi. Foi mesma coisa de nada. Ficou mesma coisa, se nós tivesse recebendo, na época eu tava recebendo 280 antes dele dá o auxílio de 1.200, mas pelo menos os trem tava barato. Fazia mais com menos, que que os que eles aumentou. Porque hoje eu vô no supermercado fazer compra. A minha despesa não fica menos que 600 real. E eu nem compro verdura e mistura, é só mesmo o básico mesmo, né?	Ana
Não sei te falar não. Sou bem por fora dessas coisas. Ah eu acho que sim, né?	Valéria
Eu acredito que o governo está tentando fazer um malabarismo. Devido muitas dívidas passadas, então tipo assim, acaba que vai ficando um buraco nas contas da presidência. Aí o que que acontece, então aumenta de um lado, abaixa do outro. De algum lugar tem que sair esse dinheiro. (...) Então aumenta sim, nos lugares, nas despesas. Aumenta na água e na Cemig.	Marisa
Eu acho que é. Alguma coisa que ele faz lá que aumenta. Sobe tudo.	Vanessa
Talvez sim, né? Eu não sei como que funciona muito bem essa questão da política, mas eu acredito não tenhas sido só o governo. Eu acho que teve culpa de todo	Luana

Categoria temática	Respondente
mundo em si, até dos comerciantes de terem aumentado o preço, só porque estavam na pandemia, a culpa não é só do governo.	

As beneficiárias manifestaram satisfação com a o reajuste do Auxílio Brasil. Mas, além da inflação, manifestam a lembrança do Auxílio Emergencial que chegou a ser de R\$600,00 e o dobro para mães solteiras. Desse modo, algumas respondentes revelam que, apesar de ter-lhes sido benéfico o reajuste, esse não foi uma novidade sem precedentes. A memória das variações do valor do benefício social e o avanço da inflação contribuem para relativização da importância do novo Auxílio Brasil.

Quadro 7. Satisfação com o reajuste do Auxílio Brasil para R\$600,00. Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria Temática	Respondente
Foi ótimo! Tá ajudando até agora.	Augusta
Pra mães solteiras tinha que ser 1.200,00 igualzinho antigamente, eu recebia 1.200. agora 600 reais não dá pra nada.	Isabela
Foi. É eu recebia 400. Aí eles aumentaram mais 200, aí veio 600. Foi até bom. Porque ajuda bastante, né?	Talita
Foi. Foi bom. Fez diferença. Eu pegava 402, porque tem o bolsa jovem, né? Dos meus filhos. Os dois mais velhos estudam a noite. 65 só de um também. De 400 a 600 reais já é o que? Uma água, uma luz. Então já ajuda muito.	Caroline
Uai foi, né?	Ana
Ah foi! Foi satisfatório.	Valéria
Bastante. Ajudou muito. Antes eu recebia 185. Depois aumentou pra 230. Então o valor que era pra um gás ou água, verdura, já deu pra ajudar. Foi muito satisfatório esse valor.	Marisa
Eu achei uma beleza. Podia continuar assim, né? Quando eu fiz o cadastro era 80, depois passou pra 60, não, era 60 depois passou pra 80, depois pra 100, a última vez que eu recebi antes daqueles 600 era 175. Ajudou bastante. Fiquei satisfeita.	Vanessa
Ele não conseguiu cobrir todos os gastos, mas como tudo aumentou nos últimos tempos, eu acho que ele tentou acompanhar, mas não chegou a ser o suficiente.	Luana

O presidente Bolsonaro levou o crédito do reajuste do Auxílio Brasil? Essa é a questão-chave para se compreender o impacto eleitoral o reajuste. Os resultados demonstram que não há consenso

entre as beneficiárias quanto à responsabilidade do presidente. Quatro das nove respondentes acreditam que o reajuste se deve a ação de Bolsonaro, as demais dividem-se entre dúvidas e insatisfações, não conferindo relevante credibilidade ao presidente.

Quadro 8. O presidente é responsável pelo reajuste do Auxílio Brasil? Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria Temática	Respondente
Uai foi, né? Foi ele, né!, porque antigamente eu recebia o quê? Era duzentos e alguma coisa.	Augusta
Poderia ser mais, porque só 600 reais não dá, né gente? Os trem está tudo caro.	Isabela
Eu nem sei falar direito. Nem sei.	Talita
Não.	Caroline
Não, não. Foi aquele deputado lá? Como é que chama sô? Eu sigo ele lá no Youtube. Ah meu Deus, não vou lembrar o nome dele não. Mas não foi ele não.	Ana
Ah eu acho que foi.	Valéria
Sim, o governo dele pra mim foi muito bom, ajudou muito.	Marisa
Ah, eu acho um rolo danado porque junta tudo, governador, senador e deputado, não é? Essas coisas. Porque tem um deputado aí muito famoso que tava até do lado do Lula, eu vi até no Facebook que tava pedindo o aumento dos 600 pra continuar porque ele queria cortar.	Vanessa
Eu acho, eu acho que sim o presidente Bolsonaro, né? ... porque tudo que ele fez para a gente todo esse tempo de governo foi lutar pelo povo e se não fosse ele não teria tido esse reajuste.	Luana

Afinal, o reajuste do Auxílio Brasil motivou as beneficiárias a votarem em Bolsonaro? As respostas desse estudo de caso sugerem que isso não ocorreu de modo determinante. Das nove respondentes, apenas três declararam ter votado em Bolsonaro. Três declararam ter votado no Lula e entre as três que não foram votar, duas afirmaram preferência por Lula.

Quadro 9. Em quem você votou para presidente? Por quê? Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria temática	Respondente
Pra presidente? Pro Lula. Ah, não sei porque. No princípio, foi Bolsa Família, né? Aí começou, aí comecei com a ajuda mesmo foi dele, depois que, agora no final já é que foi o Bolsonaro, né? Que pôs esse... mas sempre ele ajudou com o Bolsa Família.	Augusta

Eu votei no Lula, sabe por quê? Pra vê se ele abaixa os preços dos trem gente, tudo caro! Até um short, eu apreeci um short ali, o meu padrinho me dá de presente, eu nem queria o short, 200 conto. Tá doida?	Isabela
Eu votei no Lula, né? Porque tipo assim. Como eu morei em BH, quando eu morava com minha avó, ele ajudava muito a população lá, né? Em questão tipo assim, de vale alimento, de supermercado, em questão da saúde. É tipo assim, né? Às vezes, muita coisa que o Bolsonaro não fez, ele fez.	Talita
Em nenhum. Nem justifiquei. Vou pagar a multa. Não tem como. Cê vai ser agredido, cê vai ser. Aqui em Cláudio, infelizmente, o bolsonarismo (...) Se o meu título tivesse regularizado, eu, com certeza, teria votado no Lula.	Caroline
Pior que eu não votei não, viu? Eu tenho que ir lá justificar. Votaria no Lula. Eu acredito que quando o Lula foi eleito da outra vez. Eu penso assim, o Bolsa Família foi por ele. O programa minha casa minha vida também foi no governo dele. (...) Eu creio que se hoje o pobre tem alguma coisa, agradece o Lula. O governo que ele fez da outra vez, o povo fala, ele roubou. Roubou, mas ele roubou, mas ajudou nós, agora no governo do Bolsonaro tudo subiu. Ele deu o auxílio? Deu. Mas porém, olha as coisa, ficou elas por ela, num realçou nada. Eu creio que o Lula fez mió. Não sei se vai fazer dessa vez. Mas da outra vez ele fez.	Ana
Eu não votei não. Eu falei, ah nem, vou mexer com essa eleição esse ano não. Não votei não. Nem primeiro nem segundo turno.	Valéria
Eu votei no Bolsonaro. Porque o governo dele pra mim foi muito bom, ajudou muito. Eu gostei do governo dele. Tenho nada a reclamar. Então eu pensei assim. Em time que tá ganhando a gente não se mexe, né?	Marisa
Foi pro Bolsonaro. Nós ficou até triste. Porque eu queria outra pessoa pra continuar fazendo o que já tá fazendo. Que vem outro, corta aí, mexe numa coisa, mexe ne outra. Do jeito que tava, tava bão. Agora o Lula vai vir, vai trocar de cartão, não sabe se vai continuar pagando os 600, 400 ou talvez até, menos. Vai virar uma confusão danada, né? Vai querer mexer em tudo que o Bolsonaro pôs.	Vanessa
Eu votei no Bolsonaro porque eu acho que ele é o candidato que representava tudo aquilo que a gente sonha pra nossa família, que defende tudo que a gente acredita nos valores cristãos na questão da família mesmo na questão da segurança, que a segurança deve ser feita pra gente também com a liberação das armas, do porte de armas.	Luana

A baixa adesão à candidatura de Bolsonaro se deve a vários fatores. Certamente, a elevação da inflação inviabilizou o potencial impacto eleitoral do reajuste do Auxílio Brasil, porém a rejeição a Bolsonaro entre as respondentes não se deve só a isso, como revelam os trechos de respostas transcritos no Quadro10.

Quadro 10. Percepção sobre Bolsonaro. Fonte: Elaboração própria, 2023.

Categoria temática	Respondente
Ah, eu sinceramente eu sei não. Pros pobres eu acho que ele não foi muito bom não, viu? Eu acho que não, no meu modo de pensar, no meu, do meu marido (...) Ajudou assim com esse Bolsa Família, né (...) A única ajuda assim que teve, mas assim, aumentou tudo.	Augusta
...aumentou gasolina, aumentou os trem de comida, conta de luz lá em casa era 80 real, é 200 conto, nós nem fica com a televisão ligada.	Isabela
Olha, tipo assim, eu não presto muita atenção no que ele fez. Porque ele não fez nada. Não tem escola, não tem merenda, quantos asilos ao redor de Cláudio lá vai fechando, uma vergonha. (...) Aí ele vem com a merenda e tirar, deixa cada merenda uma vergonha, tirar a merenda escolar dos alunos pra quê? Pra ele enfiar a onde? Aí fica complicado, aí ele tem a cara de pau de falar que Lula roubou. Não, Lula é do pobre, o pobre quer comer e eu quero comer bem, e meus filhos comer bem.	Caroline
Pra mim a única coisa boa foi só o auxílio. No mais, nada proveitoso.	Ana
Por uma parte foi bom, por outra foi ruim, né? Tipo assim, o auxílio teve uma melhora boa. E agora, eu não sei se o que os zoto fala é verdade, se aumentou ou não, eu penso assim, pra mim... não fez tanta diferença.	Valéria
Eu acho que devido uma pandemia, ele pegou o Brasil afundado do jeito que o Brasil tava, quebrado e bem logo vir uma pandemia do jeito que veio, devastadora, do jeito que ela foi. E ainda continuar muito emprego. Ele sai entregando o Brasil no verde, no azul, né? Foi muito satisfatório o governo dele. Eu gostei.	Marisa
Uai, pra mim foi bão, ele deu conta né, de tudo. Assim, o povo criticou ele muito com esses negócio de vacina, mas ele fazia muita palhaçada, né? A gente falava. Não vai pra rua, ele ia. Abraçava, coisa que não podia. Eu penso assim, que ele mesmo vacaiou ele mesmo. Ele deu um jeito de dar esses 600. Pra mulher que não tem marido até 1.200. Tava sendo muito bom para as pessoas. Ajudou bastante. Agora vamos ver o que que o Lula vai fazer por nós, né? Quero comer a picanha que ele prometeu.	Vanessa
Eu acho que foi um governo muito bom e que apesar de ter muita gente querendo condenar a pessoa que ele é e tudo mais... ele fez tudo que ele podia pelo país, pelo povo, até mesmo pela economia a gente pode ver o valor do Auxílio Brasil	Luana

A maioria das respondentes reconhece o presidente Bolsonaro como responsável pela elevação do Auxílio Brasil, mas esse feito perde impacto na intenção de voto devido aos seguintes fatores: a inflação que reduziu o poder de compra; escassas medidas do governo em favor dos mais pobres, ou seja, nenhuma outra medida além do Auxílio; problemas relacionados à educação – corte de merenda escolar.

Mesmo entre as respondentes que declararam ter votado em Bolsonaro há um reconhecimento subliminar de que o seu governo não foi totalmente satisfatório. Marisa aponta a pandemia como um fator que contribuiu para uma crise no país e Vanessa indica que o presidente fez “palhaçada” com a questão da vacina, nas palavras da respondente: “...ele mesmo vacaiou ele...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Escolha Racional tem como pressuposto a premissa da racionalidade estratégica, segundo a qual os agentes racionais são aqueles capazes de maximizar os meios mais eficazes para a obtenção de fins fixados previamente em função de seus desejos e necessidades. As respondentes são agentes racionais? Pensamos que sim. Diante da política, as respondentes fazem um cálculo de custo e benefício em relação ao governo. Desse modo, a intenção de voto favorável à reeleição do presidente passaria por esse cálculo. A hipótese inicial foi de que ao elevar o valor do Auxílio Brasil às vésperas do período eleitoral, Bolsonaro exerceria um impacto no voto das beneficiárias, mas isso não aconteceu na maioria dos casos estudados. A hipótese foi refutada parcialmente, mas isso não implica na irracionalidade das respondentes. Na verdade, elas levaram em conta outros fatores para o cálculo do voto, mas esse foi tão racional quanto o suposto na hipótese.

Entre os fatores que contribuíram para a ineficácia eleitoral do reajuste do Auxílio Brasil, destacamos o seguinte: 1) a inflação que reduziu o poder de compra; 2) as oscilações de valor dos programas de assistência ao longo dos anos do governo; e 3) a identificação do candidato adversário como notório promotor do programa de renda mínima para os mais pobres.

A questão da inflação, certamente, foi a que mais afetou o cálculo das beneficiárias. Se observarmos a Tabela 4, constata-se que a soma dos índices IPCA, nos quatro anos de governo, resulta em 24,4%. Reconhecendo que os mais pobres são os mais afetados pela inflação, ou seja, são aqueles que tem o poder de compra mais reduzido, entende-se que a elevação do Auxílio Brasil não foi satisfatoriamente impactante para satisfação das demandas das beneficiárias.

Ainda é importante observar que em 2020, durante a pandemia, o Auxílio Emergencial chegou a pagar R\$600,00 para todas as beneficiárias, bem como o dobro desse valor para as mães solteiras. Nesta perspectiva, as beneficiárias têm a noção do que deixaram de receber no ano de 2021 e início de 2022. Quando o Auxílio Brasil é elevado para R\$600,00, em 2022, o poder de compra desse valor já não era mais o mesmo. A oscilação nos valores do benefício social, ao longo dos quatro anos de governo, provavelmente gerou insegurança e insatisfação nas beneficiárias que não foram esquecidas em função do reajuste na véspera do período eleitoral.

O adversário de Bolsonaro na eleição também é um fator relevante. Lula é reconhecido pelos mais pobres como o criador do programa Bolsa Família que vigorou por anos no âmbito da assistência. A mudança no nome do programa só ocorreu no ano de 2022 e certamente não contribuiu para que a imagem do petista fosse desassociada desse tipo de política. No Quadro 9, as declarações de Augusta,

Talita e Ana corroboram esse argumento. Ainda podemos destacar a declaração de Isabela, no mesmo quadro, que manifesta apoio a Lula por crer que ele é capaz de controlar a inflação, crença que não é desprovida de motivos, afinal houve estabilidade inflacionária nos dois mandatos do petista.

Esses e outros fatores tornaram o cálculo racional das beneficiárias mais complexo do que a hipótese desse trabalho supôs e do que as expectativas do presidente. De modo geral, os(as) eleitores(as) são dotados de racionalidade estratégica, ou seja, operacionalizam cálculos que levam em conta diversos fatores da sua realidade para definir o voto. As beneficiárias abordadas nesta pesquisa demonstram que o cálculo para o voto leva em conta fatores que afetam suas vidas diárias. Ainda que sejam pessoas de baixa escolaridade e desprovida de compreensão intelectual dos dilemas políticos e econômicos do país, elas entendem, através da própria vivência, quais são os fatores em jogo na eleição que impactam, de fato, seus reais interesses.

REFERÊNCIAS

- Bacchiogga, F.; Freitas, L. F. S; Vasconcellos, M. da P. Políticas públicas e enfrentamento da Covid-19 no Brasil: controvérsias sobre o Auxílio Emergencial. Rev. Dir. Cid, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2022.
- BRASIL. Decreto 10.852, de 8 de novembro de 2021.
- BRASIL. Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.
- BRASIL. Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021.
- BRASIL. Medida Provisória 1.039, de 18 de março de 2021.
- BRASIL. Medida Provisória 1.061, de 9 de agosto de 2021.
- BRASIL. Portaria 797, de 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-mc-no-797-de-18-de-julho-de-2022/#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20A%20fam%C3%ADlia%20benefici%C3%A1ria%20do%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20G%C3%A1s%20dos,os%20mesmos%20meios%20de%20pagamento>.
- Downs, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EdUSP, 2012.
- Ferejohn, J.; Pasquino, Pasquale A teoria da escolha racional na ciência política: conceito de racionalidade na ciência política. Rev. Bras. de Ciências Sociais, 16(45), 5-24, 2001.
- Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Índice nacional de preços ao consumidor amplo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Índice nacional de preços ao consumidor. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- Richardson, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

- Silva, M. O. da S. e. Contemporaneidade dos programas de transferência monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? Rev. Serviço Social e Sociedade, 145, 2022.
- Weber, M. Economia e sociedade. v.1. Brasília: UnB, 2004.

Índice Remissivo

A

Auxílio Brasil, 5, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83

B

Bolsa Família, 31, 66, 67, 68, 69, 72, 80, 81, 82, 83
bolsonaristas, 27, 40
Bolsonaro, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 68, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83

C

campanha eleitoral, 11, 14, 47
Ciência Política, 16, 45, 63, 64, 70, 87
comportamento eleitoral, 5, 7, 66, 67
comportamento político, 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 20, 25, 26, 39, 41, 42, 70, 71
Cultura Política, 10

D

deputado federal, 43, 47, 48, 49, 53, 55, 57, 58, 59, 64

E

eleições 2022, 43
emendas orçamentárias, 5, 44, 46, 48, 62, 63, 64
entrevistas individuais, 18, 26, 28, 73, 74, 75
Escolha Racional, 10, 67, 70, 71, 74, 83
Estudantes, 69

I

inflação, 16, 67, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84

L

Lula, 14, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 75, 80, 81, 82, 83
lulistas, 27, 40

M

marketing político, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 34, 39, 40, 41, 42
microrregião de Divinópolis, 5, 7, 43, 44, 47, 48, 49, 62

O

opinião, 10, 13, 14, 18, 23, 28, 29, 32, 71

P

Plataforma Mais Brasil, 47, 48
publicidade eleitoral, 24

S

Sociologia, 64, 70, 87

T

Transferências Especiais, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62
Tribunal Superior Eleitoral, 47

Sobre o organizador



 **José Vitor Lemes Gomes** é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 2018 atua como professor na Universidade do Estado de Minas Gerais onde leciona Sociologia, Ciência Política, Metodologia de Trabalhos Científicos e áreas afins. Além da docência José Vitor coordena projetos de pesquisa, bem como orienta Trabalhos de Conclusão de Curso. Os temas mais abordados pelo professor são relativos à Teoria Sociológica e ao Comportamento Político. Contato: vitorlemes.cso@hotmail.com

A democracia só é viva quando os(as) cidadãos(ãs) participam da sua construção. Nossa democracia não pretende ser perfeita. Sabe-se que ela não é um regime sem defeitos ou problemas, mas de todas as formas de poder conhecidas, ela tem se mostrado vigorosa, uma vez que ela permite aos(às) cidadãos(ãs) sentirem-se parte importante dela.

ISBN 978-65-85756-08-2



9786585756082



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br